

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 21,4 bi em agosto; dívida vai a 78,55% do PIB.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como ajustar Previdência, assistência e fraudes? - RAUL VELLOSO.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS diz ter poupado R\$ 2,6 bi com revisões.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Epidemia de golpes digitais.....7

FOLHA ONLINE - SP - EQUILÍBRIO
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil tem pelo menos 14 supercentenários, pessoas com mais de 110 anos.....9

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o que STF ainda pode decidir sobre a revisão da vida toda do INSS.....12

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Associações acusadas de desconto ilegal em aposentadorias do INSS movimentam milhões
.....14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Distribuição de dividendos e ITCMD na reforma tributária (Artigo).....16

O GLOBO - RJ - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sociedade deve reforçar responsabilidade civil, diz André Mendonça.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relação de bets liberadas sai hoje; site ilegal terá de restituir dinheiro.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Marina defende natureza no centro das prioridades do país.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Parlamentares estudam restringir acesso a apostas esportivas virtuais.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida pública: as garantias da maldição (Artigo).....24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula quer o México no acordo Mercosul-UE.....26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa cai 3,08% em setembro.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Queremos coibir uso de benefício social em bets", afirma ministro.....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado já vê taxa Selic em 11,75% no fim deste ano.....	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Haddad: novo Pé-de-Meia deve seguir regra fiscal.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Haddad diz ter preocupação "incisiva" com contas.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Cortar gastos é a saída para manter solvência do Estado (Editorial).....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
A tendência do PIB brasileiro (Artigo).....	36

Contas públicas têm déficit de R\$ 21,4 bi em agosto; dívida vai a 78,55% do PIB

CÍCERO COTRIM, AMANDA PUPO, ANNA SCABELLO e EDUARDO LAGUNA

O setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) teve um déficit primário de R\$ 21,425 bilhões em agosto, praticamente repetindo o resultado do mês anterior (R\$ 21,348 bilhões), segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central.

No acumulado dos últimos 12 meses, o rombo ficou em R\$ 256,337 bilhões, o equivalente a 2,26% do **PIB**. Até julho, esse déficit era de R\$ 257,742 bilhões (ou 2,29% do **PIB**). O resultado primário reflete a diferença entre as receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

A abertura dos dados indica que, em agosto, houve um déficit primário de R\$ 22,329 bilhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**); já as empresas estatais e os Estados apresentaram superávit de R\$ 469 milhões e de R\$ 3,386 bilhões, respectivamente; no caso dos municípios, o resultado foi um rombo de R\$ 2,951 bilhões.

Para o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, o rombo do governo central reflete o crescimento insuficiente das receitas líquidas para compensar o aumento das despesas e os desembolsos para o Fundo Eleitoral, de cerca de R\$ 5 bilhões. "Vemos uma melhora muito tímida no resultado do governo central, insuficiente para atingir a meta de resultado primário e, principalmente, estabilizar a dívida pública", escreveu ele, em relatório.

Já o Itaú Unibanco reforçou que há necessidade de um novo bloqueio de despesas do governo federal no relatório bimestral de novembro "para garantir o cumprimento do limite de despesas em 2024 e a efetivação das medidas arrecadatórias visando o cumprimento da meta de primário". Na avaliação do banco, a arrecadação segue se mostrando forte, mas os riscos fiscais continuam "elevados", dado o crescimento de gastos obrigatórios acima do limite definido no arcabouço e a dificuldade de uma trajetória de convergência de resultados primários.

Já a dívida bruta do governo geral cresceu 0,15 ponto percentual na passagem de julho para agosto, de 78,40% para 78,55% do **PIB**. Em dezembro de 2023,

estava em 74,42%. Em reais, o salto foi de R\$ 71,665 bilhões: de R\$ 8,826 trilhões, em julho, para R\$ 8,898 trilhões em agosto. O indicador é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida maior o risco de calote por parte do Brasil.

O pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do **PIB**.

HADDAD. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem um alinhamento das políticas fiscal (comandada por sua pasta) e monetária (executada pelo BC), como condição para a economia crescer de forma sustentada. "Ou fiscal e monetário andam juntos virtuosamente, ou vamos ter problema", afirmou ele, em entrevista à rádio CBN.

Segundo Haddad, quanto mais o arcabouço for respeitado, maior será o espaço para o BC voltar a cortar os juros. |

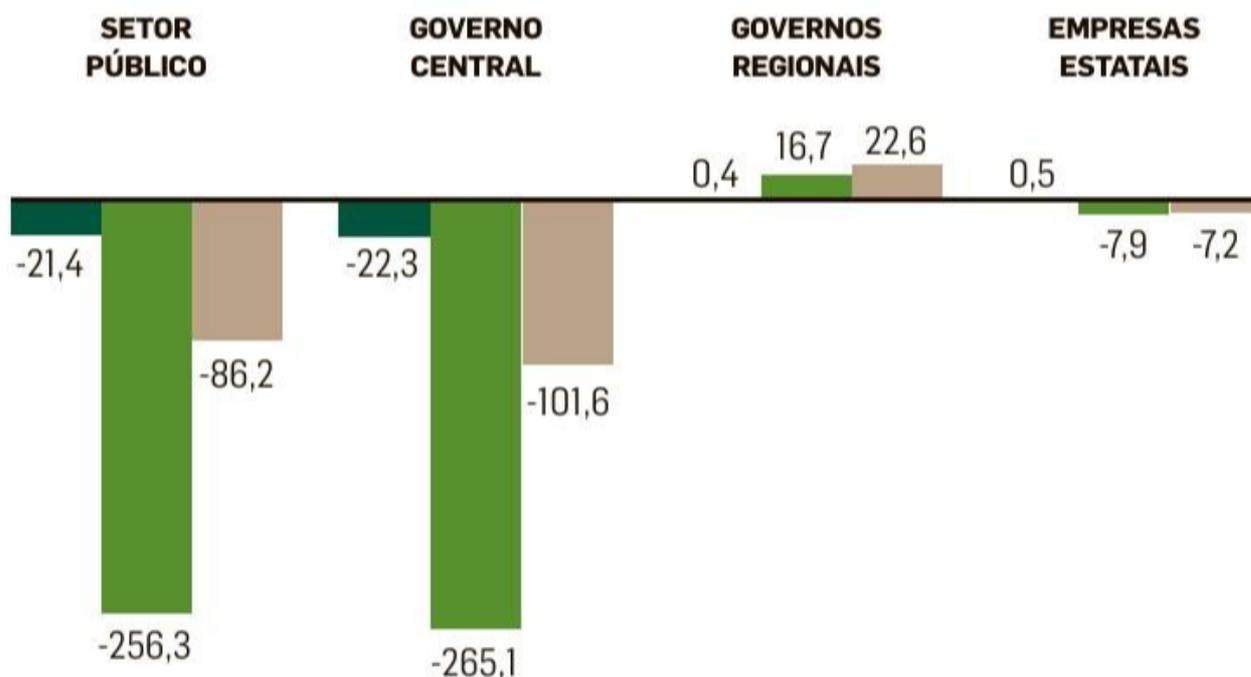
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

RESULTADO FISCAL

Dívida do governo como proporção do PIB cresceu 0,15 ponto porcentual de julho para agosto

EM BILHÕES DE REAIS

AGOSTO ACUMULADO EM 12 MESES ATÉ AGOSTO ACUMULADO 2024



FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Como ajustar Previdência, assistência e fraudes? - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O "X" da questão fiscal brasileira, que começa a assustar cada vez mais seus analistas, situa-se na explosão do crescimento dos gastos previdenciários e assistenciais, a caminho de exaurir quase todos os limites do Orçamento federal, sobrando pouco para outras destinações de vulto e de importância comparáveis às dos investimentos em infraestrutura requeridos para a retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), e as das ações emergenciais que se impõem para recompor a destruição de vários segmentos de atendimento às principais necessidades das parcelas mais frágeis da população em catástrofes como a que ainda habita regiões como a do Sul do país.

Registre-se, aqui, o absurdo de que o peso do gasto previdenciário da União no gasto público total tenha subido de 19,2% para 51,8%, entre 1987 e 2021, ou seja, para mais da metade daquele, em apenas três décadas. Em adição, e na mesma toada, o peso do gasto assistencial praticamente dobrava no mesmo período, passando de 9,1% para 16,4% do total.

Somando, assim, o peso desses dois com muito em comum e super majoritários no orçamento federal, a subida consolidada que ocorreu entre 1987 e 2021 foi de nada menos de 28,3% para 68,2% do total, algo chocante. E se esticarmos o raio de alcance do diagnóstico acima até meados deste ano, penduricalhos de gastos à parte, constataremos um crescimento real adicional dos gastos do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), de 8,3%, no ano cheio de 2023, sobre 2022, e de 4,7%, de janeiro a julho de 2024, sobre idêntico subperíodo de 2023.

E, aqui, cabe lembrar que o limite do crescimento real do gasto conforme o arcabouço fiscal, instituído pela atual administração econômica do país é bem menor: apenas 2,5%. Como cumpri-lo? A partir disso tudo, onde vamos parar?

Vale dizer, que saídas existem para conter o crescimento real dos gastos em previdência e assistência social, que são hoje os principais fatores de expansão que dominam a composição dos gastos não-financeiros federais?

Além de destacar adicionalmente os nem sempre

lembrados reajustes reais do salário mínimo como fatores de expansão dos gastos sociais, que afetam não menos que 42% da despesa do RGPS, e o envelhecimento cada vez mais rápido da população, que leva ao crescimento vegetativo desse tipo de gasto, cabe trazer à tona uma triste novidade no meio disso tudo, que é a constatação mais recente de que há um volume cada vez maior de fraudes - obviamente letais para o equilíbrio fiscal e muito pouco conhecidas mesmo para os especialistas na área social - ocorrendo em todos os lados dessa complexa equação.

Isso será melhor visto se trouxermos à cena o aumento desproporcional que tem ocorrido na concessão dos benefícios por incapacidade temporária, mais conhecidos como auxílio-doença, e a baixa efetividade que se sabe existir na adoção das atuais medidas de controle dessas fraudes.

A propósito, fenômeno similar ao que vem ocorrendo no caso do auxílio-doença começa a aparecer no caso dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC), embora não tenha havido qualquer mudança significativa de procedimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que tenha levado a esse aumento.

Esses temas são complexos e intrincados, requerendo, portanto, um enfrentamento mais aprofundado do que foi possível fazer em um único artigo. Reserve-me a continuar essa busca em minha próxima coluna dentro de duas semanas. Até lá.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Como ajustar previdência, assistência e fraudes?

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6469/30-09-2024.html?all=1>

INSS diz ter poupado R\$ 2,6 bi com revisões

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO BRASÍLIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) conseguiu uma economia efetiva de R\$ 2,6 bilhões neste ano até julho com ações de revisão de gastos na Previdência. A expectativa é de poupar R\$ 6,8 bilhões até o fim do ano - projeção que, neste mês, foi revisada para baixo pelo governo, uma vez que a estimativa anterior era de R\$ 9,05 bilhões.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, explicou que o alvo foi reduzido após o órgão enfrentar alguns obstáculos na agenda de revisão de gastos, o que envolveu um amadurecimento sobre a aplicação do Atestmed, cuja ideia original era chegar a 100% de uso em 2024, como revelou o Estadão.

O Atestmed é ferramenta que permite a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em benefícios de curta duração, como por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

Dos R\$ 2,6 bilhões poupados em 2024, a maior cifra é pelo uso do Atestmed. Foram economizados de janeiro a julho R\$ 2,4 bilhões.

Ao Estadão/Broadcast, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, Sérgio Firpo, afirmou que com a reavaliação do auxílio-doença, que vai chegar a 800 mil perícias até o fim do ano, haverá a economia de R\$ 2,67 bilhões. Entre julho e agosto, foram revisados 299,2 mil benefícios, com 154,5 mil encerrados.

Balanço Foram revisados 299,2 mil auxílios-doença entre julho e agosto, com 154,5 mil cancelamentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Epidemia de golpes digitais

EDUARDA ESPOSITO CAMILA CURADO

Pesquisa da DataSenado, em parceria com a Nexus, revela que um em cada quatro brasileiros (25%) perdeu dinheiro com crimes cibernéticos nos últimos 12 meses.

O levantamento ouviu 21 mil pessoas com mais de 16 anos em todos os estados e no Distrito Federal entre 5 e 28 de junho deste ano. O nível de confiança é de 95% e a margem de erro foi de 1,22 ponto porcentual.

De acordo com o estudo, mesmo havendo diferenças entre as unidades federativas, o perfil das vítimas é semelhante às características socioeconômicas dos brasileiros em geral. "Por exemplo, 51% das vítimas têm renda familiar de até dois salários mínimos. O indicador é de 49% na população brasileira", informou o documento.

O coordenador da pesquisa e analista do DataSenado, José Henrique Varanda, explicou que a pesquisa auxilia no entendimento da dimensão desse tipo de crime e que ela pode ajudar na elaboração de propostas de leis e de políticas públicas. "Outro destaque é a representatividade do levantamento ao trazer dados locais. As estimativas por unidade da Federação são importantes para representação parlamentar do Senado", comentou Varanda.

A pesquisa mostra que São Paulo é o estado com maior recorrência desse tipo de golpe entre os entrevistados (30%), seguido por Mato Grosso (28%), Roraima (27%), Distrito Federal (27%) e Espírito Santo (26%). Já o Ceará tem a menor incidência (17%), seguido por Piauí (18%).

Dentre os brasileiros que responderam à pesquisa, 24% afirmaram ter perdido dinheiro por conta de algum golpe virtual, seja ele clonagem de cartão, fraude na internet ou invasão de contas.

Outro dado de destaque foi que a maior parte das vítimas ganham até dois salários mínimos (51%).

O número crescente de golpes virtuais tem alarmado entidades governamentais e entidades como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que fez um vídeo ensinando as pessoas a não serem vítimas desses crimes. "Fique atento com os novos golpes para roubar a senha do seu cartão e o seu dinheiro. O banco nunca liga para você pedindo sua senha. O banco nunca manda ninguém em casa para retirar

cartão ou pegar sua senha.

Não clique em links recebidos por mensagem pedindo senha ou dados pessoais. Não passe sua senha para ninguém nem faça transferências para contas desconhecidas. Não dê chance para o azar: multiplique os cuidados e não divida sua senha", orientou a instituição.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) também publicou um informe, no fim de agosto, com orientações sobre as formas de contestação do benefício do Bolsa Família.

Afirmou que o programa não envia SMS com links para direcionamento para outros sites; e não realiza ligações telefônicas.

A pasta disse que não se responsabiliza pelas restituições das vítimas de golpe, e que isso deve ser verificado diretamente com a Caixa Econômica Federal.

Usuários do gov.br também podem ter suas contas violadas.

Sobre isso, a **Receita Federal** respondeu que se tratam de "procedimentos fora de nosso controle e o fraudador abre uma conta falsa em alguma instituição bancária, e acessa a conta gov.br do contribuinte através de engenharia social ou quando fornecida pelo próprio titular, podendo alterar os dados bancários da declaração apontando a restituição para a conta falsa".

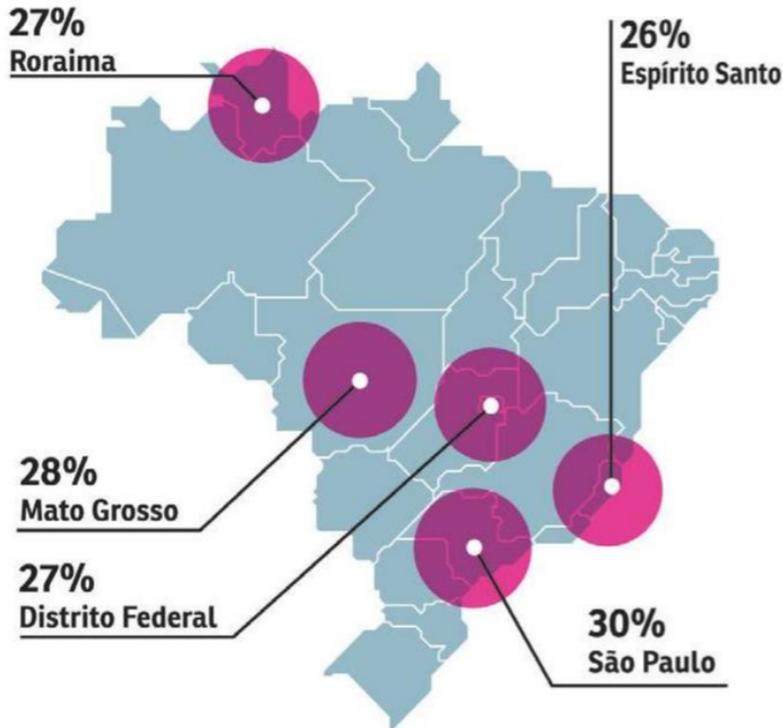
Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6469/30-09-2024.html?all=1>

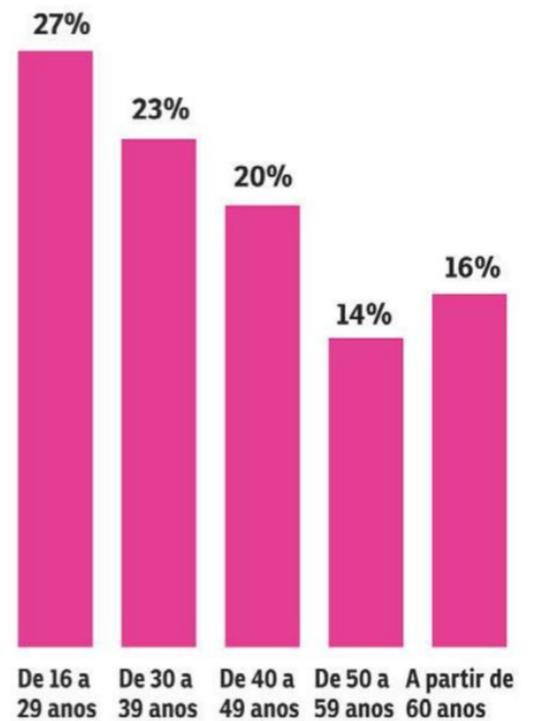
Recorte

Veja alguns dados do perfil das vítimas da pesquisa recente sobre golpes digitais

Top 5 dos estados com maior incidência de ocorrências nos últimos 12 meses



Idades de quem mais perdeu dinheiro por algum crime digital nos últimos 12 meses



Fonte: DataSenado e Nexus – Pesquisa e Inteligência de Dados

Brasil tem pelo menos 14 supercentenários, pessoas com mais de 110 anos

Andreza de Oliveira

Supercentenários são aqueles idosos que já passaram dos 110 anos. De acordo com rankings mundiais, o Brasil possui, ao menos, 14 pessoas vivas nessa faixa etária -no mundo todo, são 310, de acordo com o GRG (Gerontology Research Group, ou Grupo de Pesquisa em Gerontologia, em português),

A segunda pessoa mais velha viva atualmente é a freira brasileira Inah Canabarro Lucas, de 116 anos, nascida em São Francisco de Assis, no Rio Grande do Sul. A primeira também é uma mulher, a japonesa Tomiko Itooka, nascida menos de um mês antes de Inah.

Neta de Noemia Vieira de Souza, uma brasileira supercentenária que viveu até os 111 anos e morreu em 2023, Lara Souza começou a se interessar pela pesquisa das pessoas mais velhas do país. Hoje ela é voluntária no LongeviQuest, um instituto internacional que valida quem são as pessoas mais velhas do mundo.

"Como era necessário o envio de alguns documentos que nós não tínhamos posse, fiz o trabalho de pesquisa, que nos revelou a verdadeira idade da nossa matriarca (111 anos), levando-a a ser reconhecida, na ocasião, como a pessoa mais longeva do estado do Rio de Janeiro e a quinta do Brasil", relata Souza.

Atualmente, a lista do LongeviQuest contabiliza 14 supercentenários brasileiros, a maioria mulheres.

Waclaw Jan Kroczek, diretor do GRG na divisão de pesquisas em supercentenários, diz que além de verificar, validar e registrar supercentenários, o grupo também atua em diversos campos da geriatria, longevidade humana, saúde pública e demografia.

Na lista mundial do GRG, das cinco pessoas mais velhas vivas atualmente, apenas uma é homem. De acordo com Kroczek, isso acontece porque mulheres tendem a viver mais do que homens por uma combinação de razões biológicas, sociais e de estilo de vida.

"Um fator chave é que as mulheres geralmente têm um menor risco de doenças cardíacas mais cedo na

vida devido a diferenças hormonais, especialmente os efeitos protetores do estrogênio", afirma Kroczek.

Discussões, notícias e reflexões pensadas para mulheres

Carregando...

As mulheres também costumam ter comportamentos mais conscientes em relação à saúde, como visitas regulares ao médico e alimentação saudável, o que pode contribuir para sua longevidade, segundo o pesquisador.

"Supercentenários frequentemente levam vidas relativamente ativas e engajadas. Muitos têm estilos de vida equilibrados que incluem hábitos alimentares saudáveis, atividade física regular e fortes conexões sociais. Manter uma atitude positiva e lidar eficazmente com o estresse também são traços comuns. No entanto, não há uma fórmula de estilo de vida única que garanta alcançar essa idade."

Médico e vice-presidente da SBGG (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia), Leonardo Oliva explica que para se tornar um supercentenário e, além disso, viver bem, é fundamental ter uma alimentação saudável, praticar atividade física regularmente, não fumar e não consumir grandes quantidades de álcool, controlar doenças que eventualmente surjam -como exemplo cita hipertensão, diabetes e colesterol alto-, controlar o estresse e dormir bem.

"Esses pontos extraímos de pessoas que vivem em 'bluezones' [ou zonas azuis, em português, que são as regiões onde é mais comum encontrar alta proporção de pessoas centenárias]. Eles praticam muita atividade física, não necessariamente um esporte, mas no trabalho em lavoura, por exemplo", afirma Oliva.

Nessas regiões, geralmente afastadas das grandes cidades, as pessoas costumam ter uma alimentação mais saudável e à base de alimentos naturais, sem o consumo de ultraprocessados e industrializados. No Brasil, uma das regiões estudadas para ser considerada uma "bluezone" é a cidade de Vernópolis, no interior do Rio Grande do Sul.

A mulher pode viver mais porque o homem tem um fator de risco cardiovascular maior, mas não é só isso.

Tem questões comportamentais também. O homem, de maneira geral, se cuida menos do que a mulher. Vai menos ao médico, toma remédio de forma irregular e cuida menos da sua saúde

médico e vice-presidente da SBGG (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia)

Segundo Oliva, o corpo humano depende de três fatores para envelhecer bem: 20% do ambiente em que se vive, 20% da genética e 60% das escolhas feitas ao longo da vida. No entanto, ao falar dos superidosos, especialmente aqueles acima dos 100 anos, a genética passa a ter uma influência muito grande.

"As pessoas das quais temos conhecimento que têm idade posterior aos cem anos, geralmente, vêm de famílias muito longevas, então esse é um aspecto importante", afirma Oliva.

Para Kroczeck, o argumento é o mesmo. Ele acrescenta ainda que fatores genéticos podem proteger contra doenças relacionadas à idade e contribuir para processos de envelhecimento mais lentos, embora pesquisas para entender esse aspecto ainda estejam em andamento.

Inah Canabarro Lucas, 116 anos

A freira é a segunda pessoa mais velha do mundo. Nascida em de junho de 1908, em São Francisco de Assis (RS), ela frequentou internato e, em 1928, se mudou para o Uruguai, onde se tornou freira. Retornou ao Brasil em 1930 e lecionou português e matemática no Rio de Janeiro.

Hoje vive em Porto Alegre e também é verificada como a eclesiástica mais velha de todos os tempos e a pessoa mais velha da América do Sul e da América Latina desde 2022.

Yolanda Beltrão de Azevedo, 113 anos

De Coruripe (AL), Yolanda nasceu em 13 de janeiro de 1911 e é a mais velha de 15 irmãos.

Quando foi vacinada contra Covid, em janeiro de 2021, tornou-se uma das pessoas mais velhas a receber o imunizante no Brasil. Hoje é a pessoa mais velha conhecida no estado do Alagoas.

Maria Paschoalina de Castro, 113 anos

Nascida em 2 de maio de 1911, no município de Conceição do Rio Verde (MG), Maria Paschoalina é descendente de povos nativos e seus pais e avós eram ex-escravizados libertos.

É mãe de 13 filhos e, até os 107, cinco deles ainda estavam vivos. Hoje ela é avó de 22 netos e de um número não especificado de bisnetos e tataranetos.

Toshi Arashino, 112

Natural de Okinawa (uma das atuais "bluezones" mundiais), no Japão, Toshi Arashiro nasceu em 6 de julho de 1912. Não é especificado, ao certo, quando ela se mudou para o Brasil, onde vive atualmente.

Maria Alaíde Menezes, 112

De Sergipe, hoje é a pessoa mais velha do estado nordestino. Maria nasceu 5 de julho de 1912. Ao longo da vida se casou, teve três filhos e lecionou por mais de 30 anos. Hoje é aposentada.

Em 1933, leu a carta de emancipação da cidade de Ribeirópolis (SE). Cinquenta e seis anos depois, uma escola no município recebeu seu nome.

Josino Levino Ferreira, 111

Homem brasileiro e sul-americano mais velho vivo, Josino Ferreira nasceu na Paraíba em 3 de abril de 1913. Trabalhou como fazendeiro durante toda a vida, casou-se, teve filhos e se mudou para o Rio Grande do Norte, onde vive atualmente.

Perdeu a esposa em 2001, aos 87 anos. Hoje tem três filhos vivos, 11 netos, 18 bisnetos e 5 tataranetos.

Em junho deste ano, Josino Ferreira também tornou-se o segundo homem mais velho vivo no mundo.

Maria Liesse Callou Duarte, 110

Natural da área rural do Ceará, Maria Liesse nasceu em 2 de janeiro de 1914. Ao longo da vida se casou e teve oito filhos -destes, sete estão vivos e um deles é ex-senador e outro é juiz aposentado.

Nas décadas de 1950 e 1960 foi a primeira-dama da cidade de Barbalha (CE).

Em janeiro de 2021, foi vacinada contra a Covid e, durante o isolamento, manteve muitos de seus hobbies, como preencher palavras cruzadas e assistir televisão.

Primo Olivieri, 110

Natural de São Paulo, nasceu em 7 de março de 1914. Filho de italianos, trabalhou como mecânico de aviação, contribuiu com a manutenção de aviões durante a Segunda Guerra Mundial e recebeu

medalha de honra por seus serviços da FAB (Força Aérea Brasileira).

No Brasil, também trabalhou na manutenção dos motores que impulsionavam os voos da VASP.

Por conta dos muitos anos trabalhando na aeronáutica sem acesso a dispositivos de proteção, Olivieri enfrenta problemas de audição há muitos anos.

Benvindo Ferreira de Oliveira, 110

De Minas Gerais , Benvindo de Oliveira nasceu em 10 de agosto de 1914. Ao longo de sua vida, casou-se e tornou-se viúvo duas vezes. No total, teve 24 filhos.

Por muitos anos, ele viveu na fazenda e era dono de um pequeno bar. Durante períodos de sua vida viveu no Paraná e em São Paulo.

Hoje tem sete filhos vivos, 47 netos, 86 bisnetos e 24 tataranetos.

Jandyra Faria dos Santos, 110

Natural de Ibitiara (ES), Jandyra dos Santos nasceu em 23 de agosto de 1914. Aos seis anos, foi com os pais para Vitória e aos 18 formou-se como professora.

Na capital do estado tornou-se escriturária até atingir cargo de chefia no INPS (Instituto Nacional de **Previdência Social**, o atual **INSS**). Aos 41 anos, se casou e teve uma filha. Hoje Jandyra tem um neto, um bisneto e cinco irmãos vivos.

Fã do Botafogo, gosta de jogar palavras cruzadas, ir à igreja e assistir jogos de futebol.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

A maioria dos super centenários são do nordeste , uma região que nem é considerada Bluezones, para desgosto dos xenófobos de plantão que sempre discriminam o povo nordestino !

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2024/10/brasil-tem-pelo-menos-14-supercentenarios-pessoas-com-mais-de-110-anos.shtml>

Veja o que STF ainda pode decidir sobre a revisão da vida toda do INSS

Cristiane Gercina

Ana Paula Branco

O processo que discute a revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) no STF (Supremo Tribunal Federal) ainda não chegou ao final. Embora os ministros tenham negado dois recursos sobre a tese em julgamento no plenário virtual que terminou na sexta-feira (27), a ação em si não foi julgada.

A revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado do **INSS** pede o recálculo do benefício para incluir na conta salários antigos, de antes de julho de 1994, pagos em outras moedas. O caso é discutido no Tema 1.102, que está parado na corte.

O que os ministros julgaram foram dois embargos de declaração -contestações de um julgamento- em duas ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) de 1999, que contestavam a reforma da Previdência de Fernando Henrique Cardoso. Em março deste ano, ao analisá-las a corte decidiu, por 7 votos a 4, que a correção não é possível, contrariando posição de 2022, quando aprovou a revisão.

Segundo especialistas consultados pela Folha, há ainda alguns pontos em aberto na revisão da vida toda que precisam ser esclarecidos no Supremo. O caminho mais correto, para a maioria deles, é que esse debate seja travado no tema que discute diretamente a correção.

A advogada Adriane Bramante, presidente da comissão de direito previdenciário da OAB-SP e conselheira do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), diz que não existe mais chances de que aposentados que não entraram na Justiça -ou mesmo os que entraram- consigam a revisão.

De acordo com ela, o que falta é a modulação dos efeitos do julgamento do tema 1.102. Essa modulação é quando o STF diz que o deve acontecer em algumas situações, como, por exemplo, se será necessário devolver o dinheiro de quem já recebeu, se é preciso pagar os honorários de sucumbência ao **INSS**, que ganhou a causa, e se há alguns casos em que a concessão da revisão não será revogada.

"Vai depender de cada caso. Pode ser que tenha caso transitado em julgado, e não caiba mais recursos, que terá a revisão. Os demais vai voltar ao valor originário e quem não conseguiu não terá. Vai ter que verificar do caso específico", diz ela.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin e que representa do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários) na revisão, diz que, para quem entrou na Justiça, o processo só chega ao final quando há as publicações relativas a ele e seu arquivamento. Enquanto isso, há alguns caminhos que podem ser percorridos para tentar reverter valores em favor do segurado.

"É isso que eu até queria trazer para quem tem processo. Ainda pode ter saída ali dentro; o Supremo deixou muitas lacunas neste julgamento", afirma.

Segundo ele, um dos pontos mais importantes foi o posicionamento de quatro ministros dizendo que não será preciso devolver os valores já recebidos na revisão, por serem de boa-fé e por se tratar de verba alimentar, mesmo que a decisão seja totalmente contrária ao segurado.

O ministro Dias Toffoli votou em favor da não devolução, embora o debate nos recursos das ADIs não fosse esse. Ele foi seguido por Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barros, Edson Fachin e André Mendonça. Nunes Marques também havia sido favorável, mas voltou atrás.

Badari diz também que cabem novos recursos neste caso. "Tem que esperar o que vai sair no acórdão."

Para Adriane, no entanto, o melhor seria definir logo as modulações e encerrar o caso, que já dura muitos anos na Justiça e pode trazer falsas esperanças aos aposentados.

O advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que é preciso o próprio STF definir essas modulações o quanto antes,

porque, no caso da devolução, pode haver entendimentos diferentes entre juizes, com um mandando devolver o que recebeu e outro dizendo que não.

Além disso, de acordo com ele, ainda cabem mais embargos, ou seja, mais recursos, nas duas ADIs. "É possível outro embargo. O embargo do embargo, embora eu acredite que as entidades que estão representando os interesses dos aposentados não venham se valer desse recurso, mas ainda está no prazo e podem ser manejados", diz.

Ele afirma ainda que, com o julgamento das ações direta de inconstitucionalidade, muitos juizes já se anteciparam para exterminar os processos em lote, para gerar produtividade para os juizes do CNJ esvaziar a vara.

Quem está na Justiça solicitando a revisão pode se deparar com algumas situações, ele ressalta. Processos que tenham a tutela da evidência deferida, que antecipou o pagamento da correção antes da decisão do STF, precisam esperar a modulação sobre a repetição do indébito, para saber se será preciso devolver o valor recebido ou não.

Para quem entrou com ação na Justiça e não recebeu a antecipação nem a defesa gratuita, se não houver mudança no atual cenário, pode ser necessário pagar as custas do processo e os honorários sucumbenciais, que são valores devidos pela parte vencida à parte vencedora.

"Sendo dada a justiça gratuita, mesmo que a pessoa seja condenada a pagar honorários sucumbenciais ao **INSS**, essa execução fica suspensa, até que o **INSS** prove que a pessoa tenha condição de pagar", afirma Saraiva.

Há ainda quem conseguiu a revisão da vida toda na Justiça antes de o processo ter se encerrado no STF. A dúvida é se benefício será mantido com o valor reajustado garantido pela Justiça ou se será recalculado, sem a correção.

"É uma questão inquietante, porque é um posicionamento que o STF vem adotando de rescindir coisas julgadas a partir de posicionamentos firmados em temas de repercussão geral", diz Saraiva.

"Isso causa uma certa preocupação em relação às pessoas que ganharam a revisão da vida toda. O STF vai querer afetar as que já ganharam a coisa julgada de forma definitiva?", questiona o advogado.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Resumindo, os aposentados pelo **INSS** perderam ação, o que vai acontecer é somente uma modulação de sentença. E a maioria dos ministros que votaram contra os aposentados foram indicados pelo governo do partido do pai dos pobres, é trágico se não fosse cômico. Perderam Manés.

Caso STF x Elon Musk deveria ser usado com referência para sua velocidade de ação, pois todas as decisões neste processo é em horas, pq nos restos dos processos levam se décadas? Perguntar pode né?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/veja-o-que-stf-ainda-pode-decidir-sobre-a-revisao-da-vida-toda-do-inss.shtml>

Associações acusadas de desconto ilegal em aposentadorias do INSS movimentam milhões

Cristiane Gercina

O desconto não autorizado de R\$ 45 por mês na aposentadoria de S.C.P., 65, levou a Polícia Civil de São Paulo, o Ministério Público de São Paulo e o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) a uma investigação contra associações que têm movimentado milhões em valores vindos de aposentadorias e pensões do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O caso inicial que deu origem ao inquérito partiu de um boletim de ocorrência registrado em janeiro deste ano na cidade de Santos, mas há vítimas em outras partes do país, segundo as investigações.

Um dos casos é de uma aposentada do Sul, de 84 anos, que recebe aposentadoria por invalidez e passou a ter descontos indevidos no benefício.

O foco são cinco associações gerenciadas pela Benfix, empresa administradora de benefícios, que faria descontos de mensalidades associativas na renda dos segurados do **INSS** sem que esses aposentados ou pensionistas tivessem autorizado.

As associações são entidades às quais o segurado do **INSS** pode se filiar para ter benefícios como plano de saúde, academia, dentista e colônia de férias, entre outros. É descontada uma mensalidade associativa diretamente do benefício previdenciário.

As investigações apontam para ao menos 167 boletins de ocorrência só no estado de São Paulo, 35 processos judiciais e 696 registros no sistema do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo).

Os valores movimentados pelas associações e pelo administrador da Benfix, Maurício Camisotti, são altos. Documentos anexados ao processo indicam que três das cinco associações tiveram movimentação na casa dos R\$ 43 milhões em período não especificado.

Além disso, o Gaeco aponta que, de 1 de janeiro de 2020 a 30 de abril de 2024, foram registrados valores de mais de R\$ 12 milhões em nome de três associações, das cinco ligadas à Benfix, e Camisotti

teria recebido como pessoa física a quantia de R\$ 500 mil vindos dessas operações, segundo o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O relatório do conselho mostra ainda que, entre 2020 e 2024, movimentações do administrador seriam incompatíveis com seu patrimônio, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica. Foram identificadas remessas acima de R\$ 150 milhões feitas por Camisotti para os Bancos BTG Pactual e Credit Suisse.

No **INSS**, o caso das associações que fazem desconto indevido no benefício de aposentados e pensionistas chamou a atenção em 2023, em consonância com as investigações do Gaeco. Todos os boletins de ocorrência aos quais a Folha teve acesso tratam de denúncias de descontos que começaram em outubro de 2023.

No instituto, há 32 processos envolvendo mais de 20 associações em investigações desde então que podem, ao final do processo, retirar dela o direito de fazer desconto de mensalidade de associação no benefício previdenciário. Ou seja, ela é descredenciada e não pode mais funcionar desta forma.

À Folha o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, afirmou que o órgão tomou várias medidas contra os descontos após o instituto monitorar as queixas contra as associações e notar que, no ano passado, houve aumentos de irregularidades conforme denúncias em órgãos de defesa do consumidor do governo federal.

Em março deste ano, o **INSS** publicou normativa endurecendo as regras para desconto de mensalidade associativa em aposentadorias e pensões. Dentre as principais estão a implementação de biometria para a celebração de novos contratos e o limite de cobrança de mensalidade sindical estabelecido em 1% do teto dos benefícios, hoje em R\$ 7.786,02, o que dá R\$

77,86 ao mês.

"Tomamos várias medidas. Nós bloqueamos todos os benefícios. Então o segurado tem que ir lá e desbloquear, e não era assim antes, eram bloqueados os novos, mas os antigos não eram liberados", diz.

Segundo ele, a biometria está em uma fase intermediária, com funcionamento provisório. Essa preparação do sistema está com a Dataprev (Empresa de Tecnologia da **Previdência Social**).

A principal associação citada nos boletins de ocorrência e nos processos judiciais é a Ambec (Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos), uma das cinco ligadas à empresa Benfix, que é administrada por Camisotti.

Em nota, a entidade, que atua desde 2006, afirma que "é uma instituição formada por aposentados e pensionistas do **INSS** para defender os interesses dos beneficiários do **INSS** e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus associados e vem cumprindo essa missão de maneira correta e comprovada".

As demais associações, incluindo a Ambec, dizem que repudiam "as acusações e ilações sem provas". A assessoria de Camisotti afirma que ele "não gere nem comanda nenhuma associação".

"A investigação versa sobre as entidades, sendo Maurício Camisotti mencionado na condição de fornecedor, assim como diversos outros fornecedores. O inquérito está em andamento e ele permanece à disposição para todo e qualquer esclarecimento, convicto de que de sua parte não existe irregularidade", diz nota.

O beneficiário que não reconhecer o desconto da mensalidade associativa em seu benefício pode requerer o serviço "excluir mensalidade associativa" pelo aplicativo ou site Meu **INSS** ou pela Central 135:

É possível ainda bloquear o benefício para desconto de mensalidade associativa. Esse serviço também está disponível no Meu **INSS**. Siga os passos abaixo:

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

É uma vergonha, para não dizer outras palavras, o que

estas empresas autorizadas pelo **INSS**, praticam contra a população. É roubo autorizado pelo **INSS**

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/associacoes-acusadas-de-desconto-ilegal-em-aposentadorias-do-inss-movimentam-milhoes.shtml>

Distribuição de dividendos e ITCMD na reforma tributária (Artigo)

José Andrés Lopes da Costa Advogado, é mestre em Direito Tributário Internacional pelo IBDT-SP

Aproposta de tributação pelo ITCMD sobre a distribuição desproporcional de dividendos, contida no Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 108/2024, é especialmente preocupante porque determina que a distribuição excedente ao percentual efetivo do capital social será tratada como transmissão não onerosa, sempre que o critério utilizado não for "plausível".

A primeira pergunta que se faz é: o que é plausível? Ou, por outra, a quem cabe dizer o que é plausível ou não? Cremos que não se pode atribuir ao Estado, ou seus agentes, tamanho poder de interferência na esfera de autonomia privada sem ir de encontro aos artigos 170 e 174 da Constituição Federal, que protegem a liberdade de iniciativa e determinam que a intervenção estatal na atividade econômica deve ser sempre subsidiária e realizada estritamente na medida do necessário.

Impossível não lembrar também que o Direito Tributário não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado para criar novas hipóteses de incidência, chamando de transmissão não onerosa algo que evidentemente não é. Ora, se o Código Civil brasileiro, em seu artigo 1.007, confere aos sócios de sociedades limitadas ampla liberdade para definir os critérios de distribuição de lucros, inclusive de forma desproporcional ao capital social, como ocorre há mais de cem anos, mais exatamente desde o Decreto n.º 3.708/1919, não cabe ao legislador tributário modificar por via transversa a legislação societária existente, criando desincentivos que, na prática, inviabilizariam a distribuição desproporcional de lucros, invadindo a esfera de liberdade individual daqueles que desejam, por qualquer que seja a razão, distribuir lucros de determinada sociedade de forma desproporcional.

Diante disso, é evidente que o PLP n.º 108/2024 é incompatível com o Código Tributário Nacional, com o Código Civil e os princípios constitucionais da liberdade de iniciativa e da intervenção mínima do Estado.

A medida desconsidera a autonomia privada, desrespeita a liberdade de iniciativa e promove uma intervenção estatal inadequada, desproporcional e

irresponsável na economia.

Em virtude dessas incompatibilidades, o PLP n.º 108/2024 deve ser considerado ilegal e inconstitucional, já que sua aprovação pode resultar em graves distorções, comprometendo a segurança jurídica e a estabilidade econômica. É essencial que o legislador reavalie essa proposta, assegurando que a política tributária seja formulada de forma coerente, eficiente e com respeito aos princípios fundamentais que regem o Estado Democrático de Direito no Brasil.

José Andrés Lopes da Costa Advogado, é mestre em Direito Tributário Internacional pelo IBDT-SP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Sociedade deve reforçar responsabilidade civil, diz André Mendonça

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça ressaltou ontem o papel da sociedade na disseminação de maior responsabilidade civil no Brasil. Segundo Mendonça, a tarefa não deve ficar somente a cargo do Estado. A defesa foi feita pelo ministro em um seminário sobre o tema promovido pelo Fórum Permanente de Responsabilidade Social da FGV Conhecimento, com apoio da Aegea e da Globo.

-Não é só esperar do Estado. O Estado tem um papel muito importante, mas também é a sociedade civil. E o nosso papel como sociedade civil é trazer a unidade de esforço para essa transformação efetiva -afirmou.

O Prêmio FGV de Responsabilidade Social visa destacar experiências positivas no desenvolvimento sustentável e social, para que essas ações sejam multiplicadas. O evento contou com a participação de Paulo Marinho, diretor-presidente da Globo.

Coordenador do conselho de seleção do evento, Mendonça também destacou a necessidade de um esforço conjunto na iniciativa privada para a promoção de ações de responsabilidade social.

- Traz ganhos de imagem, uma melhor representatividade da sua marca na sociedade. É um processo que tem que envolver a todos -afirmou o ministro, para quem a **reforma tributária** poderia ser usada para trazer mais incentivos à responsabilidade na iniciativa privada. -Acho que há grandes iniciativas em andamento, mas nós precisamos também ter uma melhor estruturação, inclusive legislativa -avaliou Mendonça pouco antes de participar do evento.

Questionado sobre os entraves para que a responsabilidade social se difunda mais, o ministro lembrou da desigualdade para justificar essa expansão.

-Temos grandes bolsões de pobreza, de marginalidade, de discriminação. Ao mesmo tempo, temos grandes iniciativas -afirmou.

No seminário, autoridades, especialistas e gestores de organizações da sociedade civil discutiram temas como economia circular, acesso à saúde e ao saneamento básico, evasão escolar, formação profissional e mudanças climáticas.

PREMIADOS

O prêmio da edição deste ano foi para o Instituto Movimento Bem, cuja missão é profissionalizar, capacitar, gerar renda e empregabilidade para mulheres privadas de liberdade. Fundadora da instituição, Roberta Negrini explicou que parte do dinheiro entregue às beneficiadas vai para a educação dos filhos.

- Na penitenciária, elas recebem um currículo com 17 temas específicos e um salário para sustentar e educar seus filhos. Quando ganham liberdade, saem profissionalizadas, com uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho pela costura. O movimento leva não só essa questão de dignidade, mas cria produtos -disse Roberta.

O segundo lugar ficou com a Fundação Matias Machline. Há 37 anos, a organização promove a transformação social pela educação de qualidade, oferecendo ensino médio técnico em tempo integral e gratuito para jovens em vulnerabilidade social.

Na terceira posição, ficou a Agência do Bem, que trabalha há mais de 10 anos com projetos de educação para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua. O projeto começou em Vargem Grande, na Zona Oeste do Rio. Atualmente, conta com polos espalhados por seis estados e, desde 2022, também em Portugal.

O prêmio de melhor prática em responsabilidade social foi para o Instituto Mais Água. A ONG promove acesso a água potável em comunidades do Piauí que sofrem com a seca. A atuação viabiliza a oportunidade de geração de renda via economia circular e desenvolvimento agrícola de soberania alimentar.

O conselho de seleção do Prêmio, coordenado por Mendonça, é composto pelo ministro do STJ Antonio Carlos Ferreira, o promotor José Marinho, o bispo da Assembleia de Deus em Madureira Abner Ferreira, o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, o fundador do BTG Pactual, André Esteves, o diretor jurídico da Globo, Antonio Cláudio Ferreira Netto, a empresária Lucília Diniz, a empresária Luiza Brunet, a CEO da Aegea, Radamés Casseb, e o empresário Robson Andrade.

"O Estado tem um papel muito importante, mas também é a sociedade civil. E o nosso papel como sociedade civil é trazer a unidade de esforço para essa transformação efetiva" André Mendonça, ministro do STF, ao defender o engajamento da sociedade na difusão da responsabilidade civil

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relação de bets liberadas sai hoje; site ilegal terá de restituir dinheiro

O Ministério da Fazenda divulga hoje lista com as empresas de apostas online que pediram à pasta autorização para operar no País. As bets que não estiverem nessa relação serão consideradas ilegais e ficarão proibidas de oferecer apostas.

Essas plataformas, porém, terão de deixar seus respectivos sites e aplicativos no ar até o dia 10 de outubro para que os apostadores possam sacar os recursos depositados.

Passado o prazo de 10 dias, em 11 de outubro, as plataformas das bets irregulares serão derrubadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A fiscalização será feita pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, em coordenação com a Anatel, o Banco Central e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A lista trará tanto o nome das empresas que pediram autorização até o dia 17 de setembro quanto das marcas que representam - ou seja, as bets em si. Até as 19h de ontem, existiam 168 pedidos no Sistema de Gestão de Apostas da Fazenda. A partir de janeiro, todas as empresas autorizadas terão de utilizar o domínio brasileiro de internet, com a extensão "bet.br".

A Fazenda estima que serão banidos de 500 a 600 sites de apostas nos próximos dias, segundo informou ontem o ministro da pasta, Fernando Haddad. "A Anatel vai bloquear do espaço brasileiro o acesso a esses sites", disse ele, em entrevista à rádio CBN. "(O bloqueio) Não é a administração da Fazenda, mas nós estamos oficiando a Anatel", afirmou. Segundo ele, a situação é semelhante ao bloqueio do X no País, feito pela Anatel após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Haddad ainda aconselhou que pessoas com dinheiro depositado nesses sites solicitem o saque dos valores, que podem ser perdidos após o banimento das plataformas.

"Se você tem dinheiro em site de apostas, peça restituição já. Você tem direito de ser restituído; peça para exigir o dinheiro que você tem depositado lá", disse.

Além do banimento de sites de apostas não

regulamentados, o ministro citou outras frentes de trabalho do governo para controle do uso das bets no Brasil, como a proibição do uso de cartão de crédito e do cartão Bolsa Família nesses sites e um maior controle sobre a publicidade do setor, que, na avaliação de Haddad, está "fora de controle" (mais informações na pág. B2).

Como o Estadão mostrou, com base em documentos internos da Fazenda obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, ao propor inicialmente a regulamentação para o funcionamento das bets o governo mirou apenas o valor que poderia ser arrecadado com **impostos**. A repercussão negativa dos efeitos causados pelos jogos aumentou a pressão sobre o governo, que agora fala em apertar o cerco às empresas.

NOVA RELAÇÃO. A lista a ser divulgada hoje, porém, não é definitiva: ela garante que as empresas citadas poderão atuar no País até o fim do ano. Em dezembro, a Fazenda divulgará uma nova lista, após concluir análise da documentação das empresas, a fim de verificar se estão em conformidade com a regulamentação estabelecida.

Em 1.º de janeiro do próximo ano, passam a valer todas as regras de regulamentação das apostas online determinadas pelas portarias do Ministério da Fazenda.

"Antes disso, ainda neste ano, as empresas aprovadas terão de pagar a outorga de R\$ 30 milhões para começar a funcionar e, a partir de janeiro, precisarão cumprir todas as regras para combate à fraude, à lavagem de dinheiro e à publicidade abusiva, entre outras", diz a portaria da pasta.

"Se você tem dinheiro em site de apostas, peça restituição já, você tem direito de ser restituído, peça para exigir o dinheiro que você tem depositado lá" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Trabuco, do Bradesco, defende regulação "estrita" de empresas

O presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, defendeu ontem uma "regulamentação estrita" para as bets.

"Seguramente essa questão merece uma disciplina, regulamentação estreita, para que os hábitos não se transformem em vícios", disse Trabuco, ao participar do 3.º Seminário de Responsabilidade Social, promovido pelo Fórum Permanente de Responsabilidade Social da FGV Conhecimento.

Uma das saídas, segundo ele, passa por maior educação financeira. "Educação financeira é o eixo principal do sistema bancário brasileiro, para que as pessoas possam tomar o crédito com responsabilidade.

A virtude é poupar, e o índice de poupança é importantíssimo para o País crescer", disse ele.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Marina defende natureza no centro das prioridades do país

Kariny Leal e Victoria Netto Do Rio

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu nesta segunda (30) que a natureza esteja no centro das prioridades do país, assim como o sistema financeiro.

Ao participar de um evento paralelo do G20, a ministra defendeu a pauta: "Suprimir conscientemente aquilo que não queremos ver é humano, mas não podemos mais continuar fazendo essa supressão. É óbvio que a natureza é a base, o ponto de partida e o lugar de retorno de tudo.

Se isso é verdade, por que ela não está no centro das nossas prioridades, como está o sistema financeiro?". Marina esteve em Nova York na última semana para reuniões sobre o clima realizado pela ONU e antecipou a volta ao Brasil devido à crise climática.

Há três semanas, o presidente Lula anunciou que criaria a Autoridade Nacional para o Risco Climático, mas ainda não definiu como funcionará. Questionada sobre o nome que ficará à frente da iniciativa, Marina afirmou que o foco é a construção de uma política pública: "Não se está trabalhando "personograma", está se pensando um organograma, uma política pública que seja capaz de fazer frente no curto, médio e longo prazo de um problema tão complexo como é o caso dos extremos climáticos".

Ela acrescentou que o foco é a construção da governança da autoridade, passando pela estratégia para enfrentamento aos extremos climáticos, até o comitê técnico-científico para dar suporte.

A "cegueira" em relação a iniciativas climáticas foi reforçada pelo ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga. Ele afirmou que, ainda que o mercado não possa resolver efeitos das mudanças climáticas, as questões não serão resolvidas só por esse ator. Na visão de Arminio, o "mercado" envolve instituições financeiras, empresas e "a economia como um todo".

"Estamos caminhando para um desastre. Isso é ciência, não é adivinhação", afirmou, em referência às catástrofes climáticas, e completou: "Esse momento é uma oportunidade para o Brasil. O Brasil deixa de ser um pária e passa a ser um líder.

Deixa de ser um problema e passa a ser solução. Esse tema deveria ser parte integral da estratégia de desenvolvimento do país." Ele disse que as soluções para a crise climática passam pelo Estado.

"A despeito dos esforços maravilhosos do mundo corporativo, uma solução mais parruda precisa contar com a mão do Estado." Arminio defendeu a aplicação de **impostos** para captar recursos de agentes mais poluidores.

Carlos André, presidente da Anbima e vice-presidente do Santander, disse que há uma acomodação e perda de ímpeto no mercado financeiro em relação às medidas de ESG. "Isso nos leva a refletir sobre como conseguimos engajar a nível máximo todos os agentes sobre essa urgência." A diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Maria Netto, acrescentou que já há medidas a nível regulatório. O Banco Central, por exemplo, inclui riscos climáticos em suas análises, mas a especialista observa que o desafio é como estimá-los: "A análise de risco tradicional se baseia em informações históricas, enquanto os riscos climáticos se referem às perspectivas futuras, o que torna mais difícil a precificação." Também no evento, a coordenadora da Trilha de Finanças do G20, Tatiana Rosito, reforçou que o G20 tem trabalhado para facilitar o acesso aos fundos verdes multilaterais e para criar "plataformas de financiamento climático".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1§ion=1>

Parlamentares estudam restringir acesso a apostas esportivas virtuais

Caetano Tonet e Julia Lindner De Brasília

Menos de um ano após o Congresso aprovar a regulamentação das "bets", parlamentares de diferentes correntes políticas começam a rever os efeitos da atividade e a apresentar iniciativas com o intuito de limitar o acesso às apostas esportivas virtuais aos beneficiários do Bolsa Família. Em paralelo, um grupode senadores quer resgatar a votação do projeto que libera bingos, cassinos e jogo do bicho.

A movimentação ocorre em um momento em que o governo estuda reforçar regras para coibir plataformas irregulares e evitar efeitos nocivos, como o vício em jogo. As medidas devem promover o funcionamento do mercado e a atuação das empresas que cumpram as regras. O Valor apurou que o Ministério da Justiça acompanha as propostas legislativas com atenção. A cúpula do Congresso, por sua vez, aguarda sinalizações do governo para definir qual agenda irá priorizar. As conversas, de acordo com aliados dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), só devem avançar após o primeiro turno das eleições.

As proposições para restringir o acesso às apostas surgiram após a divulgação de um estudo do Banco Central (BC) indicar que usuários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em "bets" somente em agosto.

Uma das matérias, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDBSE), prevê um limite no volume de apostas realizadas por idosos, pessoas inscritas em dívida ativa, cadastro de proteção de crédito e no Cadastro Único.

Em outro projeto, o deputado Tião Medeiros (PP-PR) quer proibir que os cadastrados em programas sociais, assim como seus dependentes, utilizem os recursos recebidos em "bets". Quem descumprir as regras poderia ficar sem o benefício.

Já o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) protocolou uma proposta que impede o uso de cartões de crédito e de contas bancárias do Bolsa Família em jogos online. Em caso de descumprimento, a empresa poderia ser responsabilizada e pagar multa de até R\$ 2 bilhões. A empresa também pode ter cassada a

autorização de funcionamento.

Ao Valor, o relator da matéria que estabeleceu regras para as "bets" no Senado, Angelo Coronel (PSD-BA), afirma que a ideia de restringir o mercado de apostas pode avançar, mas que antes a Fazenda precisa concluir o processo de regulamentação.

"Essa história do Bolsa Família tem algum fundamento, mas a verdade é que só está dando essa polêmica toda pela demora na regulamentação.

Sem a regulamentação continua essa terra de ninguém. Só depois de regulamentado é que devemos ter um diagnóstico mais preciso", argumentou Coronel.

Por enquanto, a Fazenda descarta restringir a participação de beneficiários de programas sociais em apostas online, mas prevê a regulamentação de travas feitas pelas próprias casas de apostas para que o jogador não se torne compulsivo.

As "bets" terão de traçar um perfil do cliente e enviar um relatório diário à Fazenda. Caso note algum desvio no volume jogado, a empresa deverá emitir alertas, que poderão se tornar suspensões e, em último caso, a exclusão do apostador da plataforma.

Em outra frente, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), apresentou projeto que proíbe a publicidade e a promoção de apostas de quota fixa e jogos online.

Sobre a restrição à publicidade, Coronel argumentou que as medidas podem afastar as empresas do país. "As "bets" não vão vir [para o Brasil] e o apostador vai continuar jogando lá fora. A pessoa não fica viciada por conta da publicidade." As portarias sobre publicidade da Fazenda estabelecem que as propagandas sejam acompanhadas de alertas de que se trata de uma atividade para maiores de 18 anos e mensagens de jogo responsável. A regulamentação veda que a atividade seja divulgada como forma de investimento e fonte de renda extra.

Relator do projeto que libera cassinos, bingos e jogos de bicho no País, o senador Irajá (PSD-TO) afirmou que é "inadmissível" e "injustificável" os beneficiários do Bolsa Família usarem os recursos para apostas, o que requer uma "resposta imediata do

governo federal e do Legislativo".

Ele considera que a regulamentação poderia ter sido "mais célere".

Em paralelo, defende que o projeto do qual é relator também avance: "Eu vejo com mais otimismo a aprovação dos jogos físicos. Esse, sim, é a parte boa dos jogos, porque traz investimento na vida real, gera emprego, renda e **impostos**." Irajá afirmou que o marco regulatório das apostas físicas deve ocorrer o quanto antes para "não ficar nas mãos do crime organizado". "Por mim, nós teríamos aprovado [o projeto] na semana passada, mas vai depender do fim das eleições municipais." Já a senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), que é contra as apostas virtuais, diz ser a favor do projeto que trata de bingos e cassinos. Segundo ela, os jogos físicos são mais fáceis de controlar. "No caso das "bets" você não consegue controlar, por exemplo, se uma criança está jogando e apostando dinheiro usando a conta de um adulto. Uma coisa é um cassino físico, onde você tem o controle de quem entra, se é maior ou não."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1§ion=1)**

Dívida pública: as garantias da maldição (Artigo)

Luiz Gonzaga Belluzzo

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor emérito do Instituto de Economia da Unicamp e da Universidade Federal de Goiás. Escreve mensalmente às terças-feiras.

Não cessa a barulhenta inconformidade com a relação dívida/**PIB**. Na visão dos catastrofistas, o risco fiscal está associado a uma trajetória "insustentável" da dívida pública.

Não são poucos os que antecipam um calote na dívida do Estado.

Calote? Seria devastador para a riqueza financeira privada, aquela que frequenta os balanços de bancos, fundos, gestoras de ativos e seus clientes do dinheirão e do dinheirinho.

Em sua trajetória secular, o capitalismo abriu espaço para o surgimento e desenvolvimento de instituições encarregadas de administrar a moeda e os estoques direitos - títulos de dívida e ações - que nascem de seu incessante movimento de criação e apropriação do valor.

No afã de se apropriar da riqueza, as criaturas do mercado estão submetidas à soberania monetária do Estado. O Estado é o senhor da moeda, mas os bancos, sob a supervisão e o controle do Banco Central, são incumbidos de atender à demanda de crédito das gentes privadas. Esse sistema complexo, em sua evolução, engendrou essa forma de criar dinheiro para dar início ao jogo do mercado. Os bancos apresentam-se como os agentes particulares do senhor da riqueza universal. Universal, porque a forma inescapável que deve denominar e mediar todas as negociações, transações e, sobretudo, marcar o valor da riqueza registrada nos balanços.

As relações entre as finanças públicas, gestão monetária e setor financeiro privado não são "externas", de mero intervencionismo.

São orgânicas e constitutivas.

Embrenhados no universo do valor e da valorização, os títulos públicos são garantidores da riqueza privada.

Peço licença para recordar as observações de Karl

Marx a respeito do papel crucial desempenhado pelo Banco da Inglaterra na gestão da dívida pública.

"Coletores de **impostos**, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia".

Nos tempos de "normalidade", as formas socializadas do poder privado permitem diversificar a riqueza de cada grupo, distribuí-la por vários mercados e assegurar o máximo de ganhos patrimoniais, se possível a curto prazo. Os agentes dessas operações são as instituições da finança privada. São elas que procuram antecipar movimentos de preços e definir os instrumentos de hedge e os riscos de contraparte nos mercados financeiros contemporâneos. Nos fundamentos dessa estrutura financeira repousam os ativos "de última instância", líquidos e seguros, emitidos pelo Estado.

Os títulos de riqueza são emitidos primariamente pelas instituições financeiras bancárias e não bancárias e negociados pelas mesmas senhoras em mercados ditos secundários, em que se formam os preços e as taxas de remuneração dos papéis. No núcleo duro desse processo de formação de preços e rendimentos está o demônio da liquidez. Para ser conciso, qualquer ativo de riqueza, como, por exemplo, uma fábrica ou uma plataforma de entrega de comida, é avaliado pela capacidade de suas traquitanas materiais de gerar um valor monetário. Assim também, e não por acaso, os valores que circulam nos mercados financeiros estão permanentemente ameaçados pela dimensão perversa que habita a alma do demônio da liquidez, sempre pronto a infernizar os que não conseguem assegurar, diante dos demais, a valorização monetária de seus ativos.

Não só as mercadorias têm de receber o carimbo monetário, mas também a situação patrimonial - devedora ou credora das empresas, bancos e demais instituições - deve estar registrada nos balanços. Os agentes privados do senhor da moeda estão permanentemente obrigados a manejar os riscos de crédito e de liquidez que afetam seu patrimônio líquido, a relação crucial entre ativos e passivos. Os

estudos sobre as relações entre crescimento da dívida privada e da dívida pública ao longo dos ciclos de expansão-contracção das economias capitalistas mostram de forma cabal que nas expansões predomina o crescimento do endividamento privado e nas contracções eleva-se o endividamento público.

Quando se acentuam as desconfianças dos mercados, a tigrada corre para os títulos públicos, avaliados como ativos seguros de última instância.

Em minhas peregrinações pelos labirintos da história do capitalismo não encontrei sequer um fiapo de memória denunciando uma crise monetário- financeira provocada pelo endividamento "excessivo" dos governos em moeda nacional.

As crises de endividamento público estão invariavelmente associadas à tomada de empréstimos em moeda estrangeira. Essa foi a etiologia da crise fiscal e monetária dos emergentes nos anos 80 do século passado, entre esses o Brasil. A crise deflagrada no início dos anos 80 produziu efeitos devastadores sobre as economias "emergentes" e erodiu a soberania monetária dos países atingidos ao suscitar uma fuga sistemática das moedas nacionais.

Foi esta também a razão da hiperinflação alemã do início dos anos 20 do século passado.

Esmagada pelas reparações de guerra que lhe foram impostas pelo Tratado de Versalhes, a economia alemã sucumbiu à impossibilidade de gerar as divisas necessárias para servir o que lhe fora imposto. A fuga sistemática do marco para o dólar e a libra, as moedas-reserva do Gold Exchange Standard, disparou a hiperinflação e a necessidade de resposta hiperinflacionária do Reichsbank e do Tesouro alemão.

A soberania monetária do Estado nacional não é um dom. É um exercício legítimo de poder que os mercados tentam solapar, ignorando que não podem sobreviver sem as relações, por certo conflitivas, com o senhor da moeda. Os catastrofistas de mercado esperneiam para promover a elevação da Selic.

Quem vai pagar a dívida? Consulto o economista francês Michel Aglietta: "A evolução da dívida pública depende de duas variáveis econômicas que não são responsabilidade direta da política fiscal. São a taxa média de juros reais paga na dívida pública e a taxa de crescimento da economia (e o crescimento das receitas fiscais). É da distância entre as tendências dessas duas variáveis que se vai determinar o sucesso ou o fracasso dos esforços de consolidação fiscal".

Crises de dívida pública estão invariavelmente

associadas à tomada de empréstimos em moeda estrangeira

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1§ion=1>

Lula quer o México no acordo Mercosul-UE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa, hoje, da posse da nova presidente do México, Claudia Sheinbaum, primeira mulher a ocupar o cargo.

Na Cidade do México desde domingo, Lula teve, ontem, encontros com a presidente que entra e com o que está de saída, Manuel López Obrador, além de empresários e chefes de Estado de países da América Latina e do Caribe. Em suas falas públicas, o presidente teceu elogios à gestão de Obrador e à capacidade política de Sheinbaum - ambos são do mesmo partido político, de direita -, e a expectativa da comunidade internacional é de continuísmo. Sheinbaum toma posse nesta manhã, em cerimônia com a presença de chefes de Estado e de governo de, pelo menos, 16 países do Continente.

Em discurso no Fórum Empresarial México-Brasil, Lula se colocou à disposição do novo governo e cobrou maior aproximação entre os dois países, principalmente, na seara comercial.

"O jogo começa muito importante para nós. O jogo começa com a jogadora - é extraordinário o fato de vocês terem eleito uma mulher para presidir esse país. É uma coisa excepcional. E ela está montando um governo que, pelo começo, parece que vai ser um governo comprometido com as melhores práticas do exercício da democracia e da relação plural que o México tem que ter com o mundo, e que o Brasil tem que ter com México", declarou Lula.

Ele elogiou nominalmente o futuro ministro da Economia mexicana, Marcelo Ebrard.

Dirigindo-se aos empresários locais, o presidente brasileiro pediu que não olhem apenas para os Estados Unidos, mas, também, para o Brasil, em busca de oportunidades de investimento.

Cerca de 200 empreendedores de cada país compareceram ao evento organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

"Vamos ver se a futura presidenta da República e eu temos sabedoria de fazer com que as mudanças possam beneficiar o povo do México e o povo brasileiro. Eu já sou grato ao comportamento do meu companheiro López Obrador", afirmou Lula. Ele citou como exemplo o Pacote contra a **Inflação** e a Carestia (Pacic) implementado por Obrador, que isentou produtos agropecuários do imposto de importação.

A medida foi muito bem recebida pelo agronegócio brasileiro, e ainda está em vigor - o Brasil defende que seja prorrogada novamente.

O presidente também disse que o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia deve ser destravado e sugeriu que sua assinatura pode abrir caminho para novas parcerias. "Ainda este ano, se Deus quiser, nós vamos fechar o acordo Mercosul e União Europeia", comentou Lula. "Esse acordo pode ser estendido para um acordo da União Europeia com a América Latina. O mundo está precisando disso. A economia está um pouco atrofiada no mundo inteiro, e nós temos mercado para isso."

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6469/30-09-2024.html?all=1>

Bolsa cai 3,08% em setembro

RAPHAEL PATI

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou setembro com queda de 3,08% após recuar 0,69% no último dia do mês, aos 131.186 pontos. Apesar disso, o terceiro trimestre de 2024 não foi tão ruim para o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da B3, registrou um dos melhores desempenhos do período, conforme levantamento feito pela Elos Ayta Consultoria, atrás apenas do ouro e do Índice de Dividendos (IDIV).

De julho a setembro, a Bolsa registrou alta de 6,38% e foi considerada a terceira aplicação com a maior rentabilidade para o período.

O ouro e o IDIV tiveram ganhos de 13,22%, e de 7,93%, respectivamente.

Apenas duas aplicações fecharam o trimestre no vermelho: o dólar Ptax, que recuou 1,99%, e o Índice de Fundos Imobiliários (IFIX), com queda de 1,24%.

No início do trimestre, a B3 ainda amargava sucessivas quedas, alinhado com a desvalorização do real, que chegou a atingir R\$ 5,75 no início de agosto. Na avaliação do sócio da Cash Wise Investimentos, Victor Souza, os investimentos eram impactados pela sensação de incerteza em relação ao cumprimento da meta fiscal, o que foi sendo amenizado ao longo dos últimos três meses, após o governo fazer sinalizações de que estaria comprometido em cumprir o que foi definido pelo arcabouço, aprovado no ano passado. "Junto disso, os dados de **inflação** americana vieram bons, para mostrar que ia cair os juros lá, então essa consolidação dos últimos três meses, da bolsa subindo, é uma resposta aos juros americanos, principalmente, e de junho para julho, uma sinalização que o governo ia tentar buscar a meta fiscal", avaliou o especialista.

Enquanto o IBovespa teve ganhos no 3º trimestre do ano, o dólar teve perdas de 2,25% no mesmo período. Ontem, a moeda norte-americana subiu 0,21%, fechando o pregão a R\$ 5,447 para a venda.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6469/30-09-2024.html?all=1>

"Queremos coibir uso de benefício social em bets", afirma ministro

ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, reforçou que o governo trabalha em medidas para coibir o uso de recursos de benefícios como o Bolsa Família em apostas online, mas sem demonizar quem participa desses programas sociais. "Vamos trabalhar para, primeiro, evitar demonizar beneficiários do Bolsa Família por conta das bets", afirmou o ministro ao Estadão.

"O centro das atenções é sobre que medidas podemos adotar para coibir o uso de benefício social, como das transferências de renda, e ao mesmo tempo como manter o combate à fome, reduzindo insegurança alimentar e nutricional, e também ajudando pessoas e famílias a superar a pobreza." Na semana passada, o Banco Central divulgou que 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões via Pix a plataformas de apostas só em agosto. O valor correspondeu a 21% do valor pago pelo governo no mês às 20,7 milhões de famílias que integram o programa.

Diante da repercussão dos dados divulgados pelo BC e do aumento das preocupações com o impacto social e econômico dos jogos de apostas online, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião para esta semana sobre o tema com os Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento Social, Saúde e Casa Civil.

Lula está no México e deve voltar hoje a Brasília. O encontro com os ministros para bater o martelo sobre as propostas, portanto, deve acontecer após seu retorno à capital federal.

PROPOSTAS. Uma das medidas que devem ser anunciadas é a proibição do uso do cartão do Bolsa Família, que pode ser usado na função débito ou para saque do benefício, para apostas. "O limite zero para compra de apostas com o cartão Bolsa Família é um passo importante", afirma Dias.

Ele também reforçou, como já disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que haverá um monitoramento por CPF dos apostadores, conforme já estava previsto na regulamentação.

"Com o controle pelo CPF, poderemos adotar outras medidas, inclusive oferecendo o tratamento para

pessoas afetadas e com compulsão para jogos, assim como já fazemos para dependentes químicos." O governo também avalia mudar o titular do Bolsa Família caso ele tente usar o dinheiro do programa social em bets, como disse o próprio ministro na sexta-feira passada à Coluna do Estadão. "A proposta que eu estou apresentando é, num primeiro momento, uma advertência e um oferecimento de profissional de psicologia ou de outras áreas para o devido tratamento psicológico. Mas a reincidência já vai ser o bloqueio do cartão com a mudança de titular", declarou Dias.

O ministro afirmou que a Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e equipes do MDS estão trabalhando com profissionais de diversas áreas para sugestão de medidas com a Advocacia-Geral da União, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a Casa Civil.

Ele afirmou ainda que a pasta também vai participar de audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre apostas convocada pelo ministro Luiz Fux, prevista para 11 de novembro.

A audiência vai acontecer no âmbito de ação proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que pede a declaração de inconstitucionalidade da lei das bets - sancionada no fim do ano passado ANTECIPAÇÃO. Além de novas medidas relativas a beneficiários de programas sociais - que não estavam nas portarias publicadas pelo Ministério da Fazenda -, o governo também estuda a antecipação de ações já previstas na regulamentação, mas que só passariam a valer em janeiro de 2025.

Entre as medidas que podem ser antecipadas, segundo apurou a reportagem, estão a proibição do uso de cartão de crédito para apostas, como vem solicitando o setor financeiro e o varejo, e as diretrizes para a publicidade dessas plataformas.

No ano passado, mais de 300 empresas de bets movimentaram entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em apostas no Brasil, quase 1% do **PIB**, segundo projeções da Strategy Brasil, consultoria estratégica da PwC. O setor das bets, portanto, gira mais capital por ano do que grandes empresas, como Santander (R\$ 74 bilhões), Assaí (R\$ 72,8 bilhões), Gerdau (R\$ 68,9 bilhões) e Magazine Luiza (R\$ 63,1 bilhões).

"Vamos trabalhar para, primeiro, evitar demonizar os

beneficiários do Bolsa Família por conta das bets. (...)
O limite zero para compra de apostas com o cartão
Bolsa Família é um passo importante" Wellington Dias
Desenvolvimento Social

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado já vê taxa Selic em 11,75% no fim deste ano

CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

Os analistas de mercado voltaram a elevar as projeções de alta da taxa Selic. Relatório Focus divulgado ontem aponta que a mediana para a taxa básica de juros do País no fim deste ano subiu de 11,50% para 11,75%, sugerindo que o setor financeiro agora trabalha com a perspectiva de um aperto maior no atual ciclo monetário - com duas novas altas de 0,50 ponto percentual nas duas próximas reuniões do colegiado até dezembro. A estimativa intermediária para a taxa no fim de 2025 também avançou, passando de 10,50% para 10,75% ao ano.

Em sua última reunião, em meados de setembro, o Copom retomou o ciclo de altas da Selic, elevando a taxa básica de 10,5% para 10,75%. Foi o primeiro aumento de juros desde agosto de 2022. Assim, as projeções agora apontam para uma aceleração nos ajustes para cima da taxa de referência.

INFLAÇÃO. Depois de dez semanas seguidas de altas, a mediana das projeções do mercado para o IPCA deste ano permaneceu em 4,37%, ainda próxima do teto da meta, que é de 4,50%. Há um mês, as expectativas para a **inflação** oficial estavam em 4,26%.

A mediana das projeções para o IPCA de 2025 também ficou inalterada nesta semana, em 3,97% - era de 3,92% há um mês.

Para horizontes mais longos, as projeções do mercado também se mantiveram descoladas do centro da meta, que é de 3%. Para o fim de 2026, oscilou de 3,62% para 3,60%, após 16 semanas de estabilidade. Para 2027, seguiu em 3,50% pela 65.^a semana consecutiva.

O Comitê de Política Monetária (Copom) considera o primeiro trimestre de 2026 como seu horizonte relevante e espera que a **inflação** atinja 3,5% no período, considerando o cenário de referência, com a trajetória de Selic embutida no Focus e dólar a R\$ 5,60. Também em seu cenário de referência, o BC espera que o IPCA termine 2024 em 4,30%, desacelerando a 3,70% no próximo ano.

PIB. O mercado manteve a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2024 em 3%, depois de um período de seis semanas de

revisões para cima. No Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de setembro, divulgado na semana passada, o BC havia aumentado a sua projeção para a expansão do **PIB** deste ano de 2,3% para 3,2%.

A mediana do relatório Focus para o crescimento da economia brasileira em 2025, por sua vez, passou de 1,90% para 1,92% - quatro semanas atrás estava em 1,85%. Os economistas do mercado não alteraram as projeções de crescimento do País em 2026 e 2027 - ambas permaneceram em 2,0%, onde se situam há 60 e 62 semanas, respectivamente.

As projeções para o dólar mantiveram-se inalteradas na edição de ontem do Focus, com a moeda cotada a R\$ 5,40 no fim do ano.

Crescimento Analistas mantêm projeção de alta de 3% para o **PIB** este ano, abaixo dos 3,2% do BC

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad: novo Pé-de-Meia deve seguir regra fiscal

GERALDA DOCA, JENIFFER GULARTE E THÁÍS BARCELLOS Colaborou Luciana Casemiro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem à rádio CBN que o programa Pé-de-Meia voltado a estudantes universitários poderá ser feito com o orçamento de que o Ministério da Educação já dispõe. Em entrevista ao GLOBO, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que o governo prepara um programa para incentivar a permanência de alunos do ensino superior nas universidades.

Haddad afirmou que não conversou com Camilo sobre o programa e ressaltou que o orçamento do ministério é vinculado, atrelado a um percentual da receita, como prevê a Constituição.

-Tem várias maneiras de fazer assistência estudantil, uma delas é fazer moradia universitária, restaurante universitário, uma série de coisas que dão amparo para o estudante se manter nos cursos. Outra coisa é você dar uma bolsa de assistência permanência para o estudante, se quiser fazer essa modalidade, usando o orçamento que ele dispõe, ele pode fazer - disse o ministro em entrevista à CBN.

Haddad afirmou que esse tipo de programa é útil especialmente quando os jovens não conseguem concluir os estudos por sua condição de renda: -Há uma série de políticas públicas que permitem a uma pessoa pobre e talentosa entrar na universidade, mas nem sempre essa pessoa pobre e talentosa consegue sair com diploma, para casos como esse, sai mais barato pagar pela permanência do que perder o jovem diplomado.

Em entrevista ao GLOBO, Camilo Santana afirmou que está discutindo com Lula um programa nos moldes do Pé-de-Meia para estudantes do ensino médio. "Estamos começando a construir um Pé-de-Meia para o estudante universitário, proposta para ser discutida com o presidente. Ele já está empolgado", disse.

FORA DO ARCABOUÇO

No caso do ensino médio, o programa transfere R\$ 200 por aluno na matrícula no início de cada ano letivo, mais nove parcelas mensais de R\$ 200, caso o aluno tenha frequência comprovada no mês ou média

do período letivo transcorrido. Além disso, haverá um depósito de R\$ 1 mil após a conclusão de cada ano letivo, que só poderá ser sacado na conclusão do curso.

As despesas do Pé-de-Meia do ensino médio não são incluídos no teto de gastos do arcabouço fiscal. Na semana passada, O GLOBO mostrou que a dívida pública está sendo pressionada por despesas que ficam de fora do arcabouço, como o programa da Educação, os gastos com a reconstrução no Rio Grande do Sul e com incêndios florestais.

Além disso, há uma proposta em discussão no governo para a ampliação do vale-gás em novos moldes, com o programa também retirado do limites do arcabouço.

Haddad afirmou que o déficit público só vai ser superado se as despesas forem limitadas ao arcabouço fiscal. Ele afirmou que pedirá ao presidente Lula para incluir na regra algumas despesas que estão fora.

Segundo o ministro, há uma avaliação dentro do governo que o déficit público estimula o crescimento da economia. Para ele, contudo, não é assim.

-Se não limitarmos as despesas ao arcabouço fiscal, não vamos conseguir superar os dez anos de déficit público que nós tivemos, com baixo crescimento. Muita gente imagina que déficit público estimula a economia, nem sempre isso é assim. Em alguns casos, quando a economia está em recessão, quando você está enfrentando uma pandemia, em casos de países que estão em guerra, você pode usar mecanismos de expansão fiscal para garantir o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto). Não é nosso caso -disse Haddad.

ERRO DE 2015 A 2022

Para o ministro da Fazenda, o arcabouço fiscal "é o caminho" para o governo reequilibrar as contas públicas e crescer com baixa **inflação**: - Se sairmos desse script, desse roteiro, vamos repetir o erro de 2015 a 2022, em que a economia não cresceu e o déficit disparou. Temos que inverter essa lógica. Temos que equilibrar as contas para manter a economia crescendo.

Ele afirmou, contudo, que a projeção de alguns analistas do mercado de que a dívida pública vai alcançar 90% do PIB em 2032 não deve se concretizar. Segundo Haddad, o Tesouro Nacional vai tomar medidas para evitar que isso aconteça e que a dívida deve ficar entre 80% e 83% do **PIB**. Em agosto, ela estava em 78,5% do **PIB**.

-Você tem que administrar a dívida com muito cuidado, porque isso é coisa que gera muita incerteza na economia - concluiu o ministro, sem detalhar o que pretende fazer para segurar o endividamento.

Ao ser indagado sobre o crescimento das despesas com a Previdência e necessidade de nova reforma, Haddad citou a de 2019 e disse não ter clareza sobre os efeitos das mudanças nas regras nas contas públicas: -O Brasil acabou de aprovar uma reforma da Previdência e os efeitos dela ainda não são claros.

Ele mencionou, contudo, que os gastos com a Previdência, estimados em R\$ 1 trilhão neste ano e que consomem 50% de todo o Orçamento da União, precisam de "vigilância permanente".

DÉFICIT DE R\$21,4 BI

O setor público consolidado registrou déficit de R\$ 21,4 bilhões em agosto, segundo divulgou ontem o Banco Central. Este ano, o rombo é de R\$ 86,2 bilhões, enquanto em 12 meses até agosto há déficit de R\$ 256,3 bilhões, o equivalente a 2,26% do **PIB**. Na avaliação do economista João Leme, da Tendências Consultoria, chamou atenção o resultado ruim dos governos regionais: -Os governos regionais puxaram para cima as contas entre 2020 e 2022 e agora a perspectiva é que não exerçam mais tanta influência positiva.

Para o ano, o economista da Tendências espera déficit de 0,6% do **PIB** no caso do setor público consolidado. Analistas elevaram as estimativas para a Taxa Selic, os juros básicos da economia, para este ano de 11,50% para 11,75%, de acordo com o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central. E a segunda alta, após o início do ciclo de alta pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que, em 18 de setembro, subiu a Selic de 10,50% para 10,75%. As projeções para **inflação** e **PIB** não mudaram.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad diz ter preocupação "incisiva" com contas

Estevão Taiar De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta segunda-feira, 30, que a pasta tem preocupação "bastante incisiva" com a trajetória prevista de alta para a dívida pública brasileira. Ele disse que vem reforçando para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a importância de que as despesas da União fiquem dentro do arcabouço fiscal e que as notas concedidas pelas agências de classificação de risco para o Brasil "vão parar de subir se a gente não cuidar disso".

"Estamos pedindo para o presidente recolocar algumas questões que para nós são essenciais, que é manter as despesas dentro do arcabouço fiscal", afirmou em entrevista à rádio CBN.

Nas últimas semanas, cresceram as preocupações de diversos agentes do mercado e especialistas em contas públicas com o aumento das despesas primárias (que não levam em conta o financiamento e amortização da dívida pública) que já estão ou que poderão ficar fora do arcabouço fiscal, como o programa Gás para Todos.

Conforme divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a dívida bruta do governo geral (DBGG) terminou agosto em 78,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - alta de mais de 7 pontos percentuais em relação ao início do terceiro mandato de Lula.

Na entrevista, Haddad afirmou que a nova projeção da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ainda não apresentada oficialmente, é que a DBGG se estabilizará em um patamar entre 80% e 83% do **PIB**. A projeção oficial mais recente da STN é de estabilização em 79,6% do **PIB** em 2028.

O ministro da Fazenda destacou que a atividade econômica "está crescendo 3% ao ano", projetando que alta de 2,5% no ano que vem, "talvez mais", o que impulsiona a arrecadação.

"Mas, se não limitarmos as despesas ao arcabouço, não vamos superar os dez anos de déficit que tivemos com baixo crescimento [econômico]", afirmou, dizendo que o "mantra" do Ministério da Fazenda "é diminuir o impulso fiscal" para que empresas e famílias possam investir.

Também afirmou que, atualmente, "tem menos gente" dentro do governo federal contrária ao arcabouço "Houve um avanço substantivo nessa questão", disse.

Ele ainda afirmou que o Brasil não estaria discutindo a atual projeção do governo federal para o déficit primário deste ano, perto do piso inferior da meta, se o Congresso Nacional tivesse aprovado medidas propostas pela União no fim do ano passado.

O governo federal projeta déficit primário de R\$ 28,3 bilhões para 2024, enquanto a meta é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do **PIB** para mais ou para menos, o equivalente a R\$ 28,8 bilhões.

"Vamos continuar lutando para chegar nos resultados que a economia brasileira precisa", disse sobre a meta, afirmando que o assunto "não é capricho do Ministério da Fazenda.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1§ion=1>

Cortar gastos é a saída para manter solvência do Estado (Editorial)

Todas as projeções, inclusive as do governo, indicam que a dívida bruta do governo geral vai se estabilizar em um nível mais alto (acima de 82% do **PIB**) e só a partir de 2028. Mesmo essas premissas supõem que o governo Lula cumprirá nos próximos dois anos a meta do regime fiscal que criou. Os déficits persistem, mesmo que um ténue equilíbrio esteja previsto pelas regras em 2026 (com margem de tolerância de zero do **PIB**). As exceções ao regime fiscal explicam parte do avanço da dívida bruta. O uso do piso da meta, que passou a valer desde sua estreia, contribui para piorar o resultado. A colossal conta de juros pesa mais: nos últimos 12 meses encerrados em agosto, consumiram R\$ 855 bilhões.

No fim das contas, a dívida bruta no governo Lula crescerá de 73,5% do **PIB** em 2022 (fim da gestão de Jair Bolsonaro) para 81,6% em 2026, uma alta de 8,1 pontos percentuais, uma enormidade apenas comparável ao que ocorreu no segundo governo de Dilma Rousseff, de 2013 a 2016, quando ela sofreu impeachment. Nesse período, a dívida bruta pulou de 52% para 66% em três anos. A má gestão econômica de Dilma levou o país à maior recessão da história republicana, o que encolheu a arrecadação e acentuou o desequilíbrio das contas públicas. O que chama a atenção no governo Lula é que a dívida continua crescendo velozmente com a economia tendo os melhores resultados desde 2014 (salvo recuperação da pandemia em 2021), com expansão de 3% desde 2022 e a arrecadação batendo recordes consecutivos.

Os resultados mais recentes, com o novo regime fiscal, levaram o Tesouro a ajustar a magnitude da dívida bruta, que se estabilizará em 2028. Em 2024, ela será um ponto percentual do **PIB** maior (R\$ 110 bilhões), ao atingir entre 77,5% e 77,8%, ante 76,6% estimados anteriormente. Com o novo ciclo de alta da taxa Selic, a dívida bruta ganhou impulso extra de alta.

O novo regime fiscal está perdendo rapidamente a confiança inicial que havia angariado dos investidores, que nunca foi total. Diante dos temores de que, com o fim do teto de gastos no governo petista, não haveria qualquer obstáculo a um programa de dispêndios sem receitas correspondentes, como na gestão de Dilma, a saída fiscal apresentada pareceu, de alguma forma, uma maneira de impedir pelo menos um crescimento descontrolado do endividamento. Essa missão o regime ainda cumpre, ainda que com bem menos

intensidade do que se esperava.

O regime se apoiou demais no aumento de receitas, como se antevia, mas o espaço para isso nunca foi muito grande e parece ter se esgotado. Brechas fiscais importantes foram fechadas pela equipe do ministro Fernando Haddad, mas não parece haver muitos novos candidatos a empurrar o carro das receitas da União para frente, fora o grande impulso dado por uma economia aquecida. Ainda assim, a arrecadação aproxima-se dos 33% do **PIB** do último ano do governo Bolsonaro e esse parece ser um teto.

Os desequilíbrios do novo regime se tornaram evidentes. O avanço das receitas puxa automaticamente os gastos (até o limite de 2,5% reais), mas as despesas não crescem uniformemente. O governo Lula voltou com os ganhos reais para o salário mínimo, que indexa os benefícios da Previdência, a principal despesa da União (mais de 40%), assim como despesas sociais como auxílio desemprego, abono salarial e benefício de prestação continuada (BPC). Gastos com saúde e educação, por outro lado, estão vinculados ao avanço das receitas, que, até agora no ano, por exemplo, cresceram 9,7% acima da **inflação**. Uma consequência é que, como esses gastos não seguem o novo teto e esmagam as despesas obrigatórias, é possível que a máquina pública corra um risco de paralisia em 2027, ainda antes que a dívida bruta se estabilize.

O presidente Lula acredita que só com gastos do Estado a economia pode crescer com vigor, mas não enfrenta, como seus antecessores, o sorvedouro gigante de recursos dos benefícios tributários, que aumentarão R\$ 20 bilhões este ano e atingirão R\$ 543 bilhões, ou 4,39% do **PIB**, comprometidos na maior parte com grupos de interesse. Esses recursos cobririam com folga toda a folha de pagamentos da União (R\$ 372,2 bilhões) ou mais da metade dos gastos previdenciários (R\$ 931,4 bilhões).

Executivo e Legislativo, enquanto é possível aumentar a arrecadação, não se deram ao trabalho de mexer nestes gastos tributários. Agora que se está perto do limite, essa deveria ser uma tarefa incontornável, ainda que politicamente espinhosa. Projeto de lei de Bolsonaro propunha reduzi-los a 2% do **PIB** (isto é, pela metade) em oito anos, mas foi ignorado, e não se mexeu mais no assunto.

O governo Lula exibiu grandes superávits primários em seu primeiro mandato. Para estabilizar a dívida, é necessário hoje um superávit de 1,5% do **PIB**. O novo regime fiscal pretendia chegar aí em 2027, com ajuste de 0,5 ponto a cada ano, mas a vontade de gastar foi mais forte do que a de iniciá-lo com a determinação de obter um resultado positivo já em 2025. Sem superávit, a conta dos juros, que levou o déficit nominal em 12 meses até agosto a R\$ 1,11 trilhão, terá apenas o céu como limite, e, em algum momento, se nada mudar, haverá risco para a solvência do Estado. A única forma de evitar isso é cortar gastos.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1§ion=1)

A tendência do PIB brasileiro (Artigo)

Por Ricardo Barboza e Bráulio Borges

Poucas coisas chamam tanta atenção hoje no debate econômico quanto o desempenho surpreendente, resiliente, ou qualquer adjetivo que se queira dar para caracterizar o comportamento do **PIB** do Brasil.

De fato, os economistas achavam que a economia desaceleraria em 2021. Não aconteceu. Depois, a desaceleração viria em 2022. Também não aconteceu. Mesma coisa em 2023 e agora em 2024.

E havia razão para isso. A política monetária foi levada para patamar "significativamente contracionista" já no final de 2021, nas palavras do Banco Central. Mesmo com a queda da Selic vista de 2023 para cá, a postura da política monetária seguiu contracionista a todo momento. Hoje, por exemplo, a taxa real de juros ex ante está em 7,5% ao ano, enquanto o juro real neutro tem sido estimado em cerca de 5% ao ano.

Além disso, muitos economistas imaginavam que o efeito multiplicador dos gastos públicos sobre a demanda agregada no Brasil era baixo ou mesmo negativo, por sermos uma economia com relação dívida pública/**PIB** elevada. Nessa situação, uma expansão fiscal teria efeitos não keynesianos, ou seja, contracionistas. Para quem acha que esse diagnóstico é invenção nossa, sugerimos a releitura do boletim macrofiscal da Secretaria de Política Econômica do último governo, de novembro de 2019.

Ora, política monetária significativamente contracionista atuando lado a lado com uma "expansão fiscal contracionista" não poderia gerar bons resultados - daí a razão para expectativas tão pouco alvissareiras para nosso crescimento.

Já escrevemos neste espaço que esta década poderia se chamar "década surpreendente", uma vez que, ao menos até aqui, o **PIB** efetivo vem dando de goleada nas expectativas do consenso de mercado.

Mas há um ponto importante sobre esse tema que vale aprofundar.

Vejamos a tendência do **PIB** brasileiro em dois momentos distintos.

No pré-pandemia (2017 até fev/20) e no pós-pandemia (2021 em diante). Só não vê quem não quer, mas a tendência mudou. Passamos de um país que crescia cerca de 1,5% em média para um país que cresce

cerca de 3% em média.

O que mudou de lá para cá?

Muitos insistem em um discurso de que foi a agenda de reformas feitas desde 2016 - mesmo sem qualquer impacto disso, até agora, nas variáveis que deveriam ter sido sensibilizadas por elas, como a taxa de investimento ou a produtividade total dos fatores, dentre outras, como também já exploramos em artigos anteriores neste espaço.

A explicação que nos parece mais razoável diz respeito à mudança de postura da política fiscal, que não só pisou no acelerador, como passou a ter uma composição mais favorável, no sentido de aumentar a participação de despesas com maior efeito multiplicador.

O maior destaque nesse sentido é o Bolsa Família, que passou de 0,4% do **PIB** até 2019 para 1,5% do **PIB** em 2023. Aliás, trabalho publicado na semana passada por pesquisadores do Fed de San Francisco estima um efeito multiplicador do Bolsa Família bastante elevado, de cerca de +2,3 no ano inicial, que perdura por alguns anos.

Essa explicação nos remete a um tema mais profundo: que os economistas brasileiros, de forma geral, subestimam os efeitos da política fiscal no **PIB** e superestimam a potência da política monetária.

Vejamos os fatos da nossa experiência: de 2017 a 2019, houve uma importante consolidação fiscal no Brasil. O teto de gastos federal, de fato, limitou a despesa do governo central. A taxa de juros, de fato, caiu. Para quem não lembra, a taxa Selic chegou a 4,25% antes da pandemia começar.

Mas o crescimento nesse período foi anêmico, configurando a pior recuperação do **PIB** após uma recessão em 40 anos - e isso mesmo com a economia operando com enorme excesso de ociosidade, algo que facilitaria um crescimento maior no curto prazo.

Já de 2020 para cá, houve expansão fiscal, seja pelo pacote de suporte fiscal da pandemia, por furos no teto de gastos, pela PEC da Transição ou pela "despedalada" nos precatórios. De fato, a taxa de juros ficou mais elevada nesse período (subiu para 13,75%, caiu para 10,50% e agora voltou a subir). E o crescimento do **PIB** segue forte. Vale lembrar que, no início do ano passado, a previsão mais otimista para o

crescimento do **PIB** de 2023, entre os quase 100 respondentes da pesquisa Focus, era de 2,1%.

Crescemos 2,9%! No começo desse ano, a projeção mais otimista para 2024 era 2,5%, e vamos crescer cerca de 3% (3,2% na projeção mais atual do Banco Central).

E importante: essa expansão recente ocorreu com **inflação** muito bem-comportada, particularmente os núcleos (que excluem itens mais voláteis), cuja alta deverá alcançar cerca de 3,5% em 2024.

Ou seja, foi preciso forte expansão fiscal (em todos os níveis de governo) - auxiliada por uma expressiva alta da renda real de commodities - no mesmo período para fazer com que, finalmente, a economia brasileira atingisse um quadro próximo do pleno emprego agora, em meados de 2024, depois de cerca de 36 trimestres (quase uma década) operando com excesso de ociosidade.

Isso teria acontecido caso o mix de política econômica tivesse sido outro em 2021-24, com política fiscal relativamente neutra e uma política monetária mais expansionista?

Difícil dizer, mas: (i) sabemos que as defasagens com as quais a política monetária afeta a demanda agregada são mais longas que aquelas associadas ao impulso fiscal; (ii) a experiência de 2017-19 sugere que talvez uma Selic baixa por maior tempo não tivesse gerado a mesma recuperação da atividade; e (iii) há limites para a redução da Selic (Effective Lower Bound) e a política monetária pode ser menos eficaz em momentos de incerteza muito elevada (como tivemos em 2020 e 2021).

Agora, pode ser importante considerar uma eventual revisão no mix das políticas de estabilização macroeconômica. Com a economia próxima do pleno emprego, o crescimento do **PIB** efetivo precisa estar alinhado ao seu potencial, para evitar desequilíbrios, como pressões inflacionárias e desafios nas contas externas. Estimativas recentes indicam que o crescimento potencial da economia gira em torno de 2% a 2,5% ao ano, enquanto o **PIB** tem crescido a uma média de 3% ao ano entre 2022 e 2024.

Assim, a política fiscal, após ser expansionista quando o hiato era negativo, poderia migrar para uma postura mais neutra, permitindo que a política monetária também caminhe para uma postura neutra, com a Selic recuando para algo entre 8,5% e 9% ao ano sem ameaçar o cumprimento da meta de **inflação**.

Ricardo Barboza é pesquisador associado da FGV Ibre, professor do IBMEC e Mestre pela PUC-Rio.

Bráulio Borges é pesquisador associado da FGV Ibre, economista-sênior da LCA Consultores e mestre pela USP.

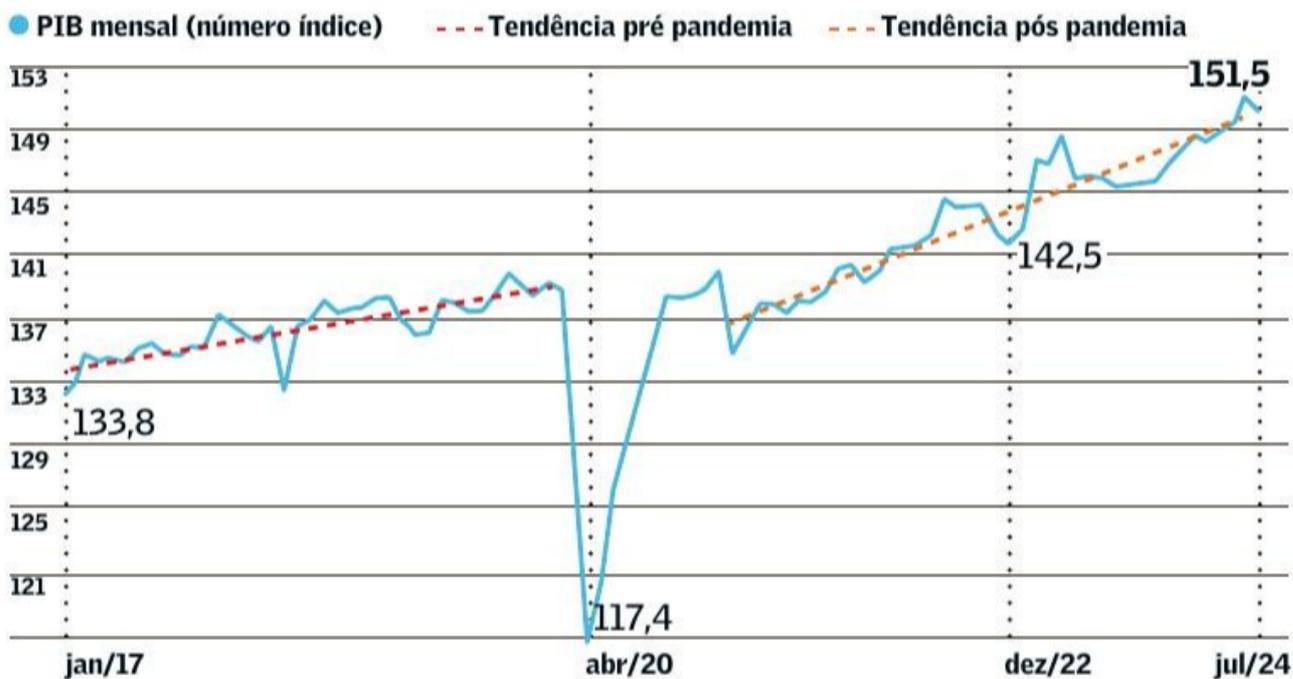
As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188000?page=1§ion=1>

PIB mensal

IBC-Br com ajuste sazonal



Fonte: Elaboração dos autores